[Recensão a] Santos, Maria José Azevedo (2015). As regras da Regra: Santa Clara: código do século XVI

Autor(es): Hipólito, Isaías

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/40978>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_28

Accessed : 26-Apr-2023 12:52:36

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

16

2 0 1 6

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Santos, Maria José Azevedo (2015). *As regras da Regra: Santa Clara: códice do século XVI*. Pref. José Pedro Paiva. Colaboração especial de Francisco Pato de Macedo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 149 pp. + facsimile [38 pp.], ISBN 978-989-26-1073-3.

Com a transcrição integral (121-148) deste códice quinhentista pergamínico ricamente iluminado, e com a anteposição de quatro estudos (11-96) mais um em colaboração (99-118), Maria José Azevedo Santos – investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura, e também coordenadora da linha *Estudo e Edição de Fontes* – resgata de injusto obliuio no acervo bibliográfico da sua Faculdade de Letras de Coimbra este exemplar das Regras das Clarissas (na BNP preservam-se outros seis, 104). Ao Padre Avelino de Jesus da Costa reconhece-se, na *Introdução* (11-16), a primeira recepção do códice em sede científica, e revela-se como este se foi convertendo em objecto obrigatório de estudo académico, sem que também lhe tenha faltado reconhecimento nacional e internacional em exposições e catálogos sobre a arte gráfica portuguesa. Infalivelmente, os primeiros estudos introdutórios são codicológicos e diplomáticos (*I. A construção de um livro; II. Da escrita e da sua circunstância*, 19-34) e, para permitir que os leitores depreendam deste produto escrito as suas originais condições de possibilidade em pleno quadro da Expansão quinhentista, mostra-se como essas incluíam quer os materiais de produção do códice (pergaminho, penas e tintas) quer as sucessivas artesanias (pergaminheiros, encadernadores, iluminadores, copistas) na oficina do livro manual – aqui, provavelmente, *a oficina régia* (108). Mau grado se assistir na voragem de Quinhentos à “destruição de códices dos séculos IX-XIII, sobretudo de natureza litúrgico-musical” (25), e ao “progresso da difusão social activa da escrita” (29), conclui-se que para esta *Regra* ainda foi usado material de suporte original com qualidade *média* (20) e mesmo *superior* (tintas, p.e., 23), sendo de *alto grau* a encadernação (25). Tudo isso espelhado na opção estética de uma escrita *gótica librária* permeada de “tendências gráficas elegantes, harmoniosas e padronizadas” (30), reveladora de profundo “respeito pelo leitor” (29-30), quer da parte do presumível tradutor-escrevente – Frei Diogo de Leiria, confessor de monjas dominicano (31-32) –, quer da parte da entidade interessada, o mosteiro das Clarissas de Coimbra (33).

Sobre o miolo do códice ora editado, seu enquadramento histórico e matizes específicos, cura o estudo *III. As regras da Regra* (37-96). A ordem das Clarissas, presente no reino já em 1258, só em 1263 veria aprovado pelo Papa Urbano IV o original latino desta Regra, de que o presente códice é manifestação vernácula já tardia. Em Portugal, terá esta ou outra sua tradução sido reiteradamente reproduzida para, nos mosteiros do reino, disciplinar a vida individual e comunitária: desde o vestir ao comer, do trabalho à oração, do silêncio aos contactos com o mundo exterior. Reconhecendo embora a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que, além da História, incluiria principalmente “a Teologia, o Direito Canónico e a Filologia” (39), a Autora escolhe abordar esta Regra particular desde ângulos congeniais ao seu magistério, o qual, a par da Paleografia e da Diplomática, inclui também saberes sócio-culturais, como são a história da “escrita/iliteracia” (41-44) e a da “alimentação/jejum” (46-91). Parte-se do quadro comunitário de ação, oração e muito recolhimento, que transparecem na Regra, e observa-se em que medida o “valor da escrita e da leitura apartava, noviças, freiras e serviçais, desde logo, no exercício dos ofícios divinos” e também na própria gestão do mosteiro. Infere-se, depois, que a preservação diária do voto de silêncio não impedia as monjas de o quebrarem mediante um código caseiro de sinais “religiosos e honestos”, no fundo para mais profundamente se irmanarem entre si, conforme indicam os casos de locução previstos na Regra (44-46). Entre as páginas 51-70 encontra o leitor registo dessa *mímica especial* (em desenhos de Tiago Vale), que inexplicitadamente lá estará nesta Regra, como indica o manuscrito de 1547 intitulado *Methodo de explicar, por sinaes inventado pelos monges beneditinos para maior observancia do silencio*, em boa hora profusamente convocado pela Autora. Finalmente, a Regra da alimentação e do jejum permite dissertar, em registo ora áulico ora etnográfico, sobre as práticas de confeção e consumo de viandas, pescados, frutas, legumes e bebidas, quer entre religiosos quer entre seculares. Na paleta introdutória cabe ainda o estudo intitulado *A iluminura da Regra*, com que o especialista em história da arte medieval, Pato de Macedo, também da Universidade de Coimbra, vem incorporar na bibliofilia reinante de Quinhentos mais este “exercício de mecenato artístico” (100), destinado alegadamente a “prestigiar a Regra” junto das destinatárias clarissas.

Vencidas as 118 páginas introdutórias, ao leitor informado falta disfrutar, no resto da monografia, a Regra ora transcrita e facsimilada. Pela nossa parte, afoitamo-nos a notar que a vertebração do discurso só didacticamente se pode reconduzir aos seus 25 títulos. Em nosso entender, a Regra discorre fundamentalmente sobre os três votos religiosos da pobreza, castidade e

obediência – e por essa ordem sequencial. Cada voto acolhe por sua vez o código genético franciscano, transfinalizado aqui para o ramo contemplativo das filhas de Santa Clara. A tónica no esplendor ascético da clausura não deveria obnubilar páginas de sublime conteúdo, como é sobremaneira aquela acerca *Da Abadessa e de seu officio* (142-143). Tal é, *et pour cause*, o tópico mais extenso da Regra, porquanto na própria Abadessa – figura caracterizadamente culta, prudente, caridosa e, por tudo isso, poderosamente congregadora de todo um convento e, porventura, de uma circunscrição eclesiástica – é que encontra sentido a revolucionária contracultura – precursoramente sensível à literacia feminina (cf. *Do exercicio das freyras*, 130) – do franciscanismo de Clara. Concluindo, ressalte-se o que diz o mais breve capítulo, colocado no coração da Regra, e intitulado *Das Freyras enfermas*: acerca delas se “aja muy diligente cuidado e [...] sejam servidas em fervor de caridade benina e solicitamente assi em os manjares que a emfirmidade demandar como em outras” (133). Note-se bem: as enfermas – i.e., as incapacitadas e, porventura, em trânsito desta vida – sejam “servidas em fervor de caridade”. Nesse gesto de evangélico *cum patere* a vulnerável condição do próximo, não radicará o segredo mais bem guardado nos claustros das Clarissas ao longo de mais de oito séculos?

Em novas e expectáveis edições, o já público e justíssimo reconhecimento que esta monografia recebeu, logo em 2015, com a atribuição pela Academia Portuguesa da História do *Prémio Joaquim Veríssimo Serrão*, vai certamente comprometer a Autora a alargar a outros campos do saber (7) esta obra que, já na sua origem, era “colectiva” (99).

ISAÍAS HIPÓLITO

Doutor em Teologia Bíblica
ihipolito65@gmail.com